



Título: A ascensão chinesa nas importações brasileiras: uma análise em termos do valor adicionado contido nas importações

Thiago Noronha Sugimoto; Doutorando em Padrões e Estratégia de Desenvolvimento (IE-Unicamp)

A partir dos anos 2000 observa-se o protagonismo da China como parceiro comercial fundamental no Brasil. De um lado, no bojo do *boom* das commodities, o país consolidou-se como principal destino das nossas exportações – agudizando um cenário de reprimarização da pauta brasileira. Segundo os dados da *UnctadStat*, entre 2000 e 2018, a participação chinesa como destino das exportações totais brasileiras saltou de 2% para 27,3%. Ademais, de acordo com a taxonomia adotada por Pavitt (1984), a participação do país asiático como destino das exportações intensivas em recursos naturais saltou, no mesmo período, de 3,4% a 37,4%. Sozinha, a China deteve, 2018, uma participação maior nessa classe do que a todos os países desenvolvidos somados.

De outro, pelo lado da demanda, o país asiático também passou a ser a principal origem das nossas importações a partir de meados da primeira década dos anos 2000. De forma simétrica, observa-se simultaneamente o aumento da participação chinesa nas importações brutas brasileiras (2,1% a 18,7%), sobretudo entre os produtos manufaturados, num processo de substituição de fornecedores tradicionais (como os países europeus, os Estados Unidos e parceiros regionais, como a Argentina).

O objetivo do trabalho é contextualizar essas transformações dentro da literatura de constituição das cadeias globais de valor e de apropriação sobre o valor adicionado nessas cadeias. Como mostram diversos autores, uma característica importante nas últimas três décadas é o do deslocamento das atividades manufatureiras em direção a uma periferia asiática (em especial, os países do Leste), com manutenção, nos países centrais, de atividades nobres, geradoras de maior valor adicionado (como concepção do *design*, varejo, atividades de pesquisa e desenvolvimento, etc.). Nesse sentido, o uso de indicadores tradicionais de comércio exterior perde força na explicação desse fenômeno, uma vez que a simples transformação de um dado país em um polo exportador de produtos manufaturados não se traduz, necessariamente, na capacidade de apropriação do valor adicionado da cadeia. O país pode ficar “preso” a atividades intensivas em trabalho, por exemplo.

Nesse sentido, o trabalho visa mensurar essas transformações das relações entre Brasil e China sob o prisma do valor adicionado, por meio do uso dos dados disponíveis pela *WIOD*, afim de verificar se as tendências apontada em termos dos indicadores de comércio tradicionais se verificam também em termos de valor adicionado.